



Estudos Ibero-Americanos

ISSN: 0101-4064

ISSN: 1980-864X

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Meira, Roberta Barros; Campi, Daniel; Carelli, Mariluci Neis  
As árvores que não deixam ver a floresta: natureza, agricultura e propaganda  
imigrantista no Brasil e na Argentina nas exposições universais do século XIX  
Estudos Ibero-Americanos, vol. 45, núm. 3, 2019, Setembro-Dezembro, pp. 154-168  
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

DOI: 10.15448/1980-864X.2019.3.32599

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=134662365013>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

UAEM  
redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc  
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal  
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa  
acesso aberto

## As árvores que não deixam ver a floresta: natureza, agricultura e propaganda imigrantista no Brasil e na Argentina nas exposições universais do século XIX

*The trees that do not let see the forest: nature, agriculture and immigrant advertising in Brazil and Argentina in the universal exhibitions of the 19<sup>th</sup> century*

*Los árboles que no dejan ver el bosque: naturaleza, agricultura y propaganda inmigrantista en Brasil y Argentina en las exposiciones universales del siglo XIX*

Roberta Barros Meira<sup>1</sup>

Daniel Campi<sup>2</sup>

Mariluci Neis Carelli<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade da Região de Joinville, Joinville, SC, Brasil.

<sup>2</sup>Universidad Nacional de Tucumán, San Miguel de Tucumán, TU, Argentina.

### Resumo

O presente trabalho examina a circulação de saberes nas exposições universais que ocorreram na segunda metade do século XIX. Pretende contribuir para essa discussão ao analisar os padrões de apresentação dos produtos nos pavilhões brasileiros e argentinos. Vale-se dos documentos produzidos pelas comissões para demonstrar a importância das riquezas naturais e agrícolas em um cenário de concorrência nos mercados internacionais, assim como dos relatórios apresentados pelo Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Brasil e pelo Departamento de Agricultura de la Republica Argentina. Nesse sentido, propõe-se a discutir as mudanças geradas pelo fortalecimento da ciência e dos técnicos, partindo da circulação de saberes e tecnologias entre um grupo de homens – que abarcava agricultores e estadistas. Escolheu-se trabalhar em duas direções: na vinculação das exposições mundiais com os projetos da elite agrária que priorizavam a exploração das riquezas naturais e, paralelamente, na ligação entre as exposições mundiais e a propaganda imigrantista.

**Palavras-chave:** Exposições universais. Riquezas naturais. Agricultura. Propaganda imigrantista.

### Abstract

The paper examines the circulation of knowledge in the universal exhibitions that occurred in the second half of the 19<sup>th</sup> century. This text intends to contribute to this discussion analyzing the patterns of presentation of the products in the Brazilian and Argentine pavilions. It is based on the documents produced by the Brazilian and Argentinean committees to demonstrate the importance of natural and agricultural wealth in a scenario of competition in international markets, besides the reports presented by the Brazilian Ministry of Agriculture, Commerce and Public Works and the Argentinian Department of Agriculture. In this sense, we proposed to discuss the changes generated by the strengthening of science and technicians, starting from the circulation of knowledge and technologies among a group of men – that included farmers, and statesmen. It was chosen to work in two directions: in linking the world expositions to the agrarian elite projects that prioritized the exploitation of natural wealth, and, at the same time, in bringing to light the link between world expositions and immigrant advertising.

**Keywords:** Universal exhibitions. Natural wealth. Agriculture. Immigrant advertising.

### Resumen

El trabajo examina la circulación de saberes en las exposiciones universales que ocurrieron en la segunda mitad del siglo XIX. Este texto pretende contribuir con esa discusión analizando los estándares de presentación de los productos en los pabellones

brasileños y argentinos. Se vale de los documentos producidos por las comisiones brasileñas y argentinas para demostrar la importancia de las riquezas naturales y agrícolas en un escenario de competencia en los mercados internacionales, así como de los informes presentados por el Ministerio de Agricultura, Comercio y Obras Públicas de Brasil y el Departamento de Agricultura de la República Argentina. En este sentido, se propone a discutir los cambios generados por el fortalecimiento de la ciencia y los técnicos, partiendo de la circulación de saberes y tecnologías entre un grupo de hombres – que abarcaba a agricultores y estadistas. Se eligió trabajar en dos direcciones: en la vinculación de las exposiciones mundiales con los proyectos de la elite agraria que priorizaban la explotación de las riquezas naturales y, paralelamente, la vinculación de las exposiciones mundiales con la propaganda inmigrantista.

**Palabras clave:** Exposiciones universales. Riquezas naturales. Agricultura. Propaganda inmigrantista.

## Introdução

A importância das exposições universais iniciadas em Londres, no ano de 1851, tem vindo constantemente à baila pelos historiadores da ciência. As exposições traziam um mundo novo. Nelas, os países buscavam apresentar os seus produtos mais interessantes, abrangendo uma grande diversidade de itens produzidos. A ciência e as inovações técnicas ganharam espaços privilegiados, assim como os complexos mecanismos que regiam as relações entre os países deixavam entrever os espaços que priorizavam as riquezas naturais e os produtos agrícolas. Em uma realidade de nações recém-independentes, como a Argentina e o Brasil, as fontes documentais produzidas para as exposições continuam a ser fundamentais para perceber um projeto que cobre diversas direções, mas que se vinculava prioritariamente à forte valorização da natureza e do rural.

As exposições universais que reconstituíam como vitrines as malhas identitárias que abrangeram diversos países na segunda metade do século XIX são importantes para procurarmos entender as escolhas econômicas e ambientais tomadas por alguns países. As paisagens representadas por uma Argentina e um Brasil – que se colocavam como modernos – buscavam uma aproximação com os ideais vistos nos países europeus. Nesse sentido, os laços que ligavam a ciência ao progresso das nações deveriam se estender por todos os pavilhões, mesmo para o caso daqueles que tinham a sua economia fortemente ligada ao setor agrário e de exploração das riquezas naturais. Deve-se considerar que as exposições buscavam refletir as imagens que os países ou grupos organizados forjavam de si e dos símbolos e produtos que expressavam a sua nacionalidade, mas, igualmente, a sua projeção internacional. A organização dos pavilhões e o material de propaganda produzido registraram dados sobre demografia, natureza, produção agrícola e industrial,

cultura e realidade social (LISCIA, 2009, p. 9) – uma miríade de temas que ainda têm sido deixados de lado pela historiografia brasileira e argentina.

Tal como ressaltam Beatriz González Stephan e Jens Andermann (2006, p. 8), as exposições eram como miniaturas totalizantes que serviam como maquetes dos países. Isto é, reproduziam o país em uma versão compacta. Cabe observar que as análises feitas sobre as exposições salientam a preocupação com a propaganda e a criação de redes de circulação de informação ligadas ao mercado internacional, mas, igualmente, permitem perceber um olhar de superioridade que seria dado a certos países. Esses deveriam servir como modelo quando se pensava nas novas formas de produção e nas inovações científico-tecnológicas na indústria e na lavoura. O atraso e o progresso na definição dos espaços ocupados pelos países fizeram parte da nova divisão de trabalho internacional. O papel dos países não industrializados passou a ser de fornecer matérias-primas e gêneros alimentícios. Nesse caso, como chama a atenção Celso Furtado (1970, p. 124), países como o Brasil seriam levados a se adaptar a esse novo equilíbrio internacional, transformando-se em grandes produtores de matéria-prima e de produtos tropicais no mundo.

Os países que almejavam minimizar o *gap* econômico e tecnológico investiram fortemente na imagem de dotados de um patrimônio natural extraordinário. Cabe a esse respeito o comentário de Sérgio Buarque de Hollanda (1995, p. 114) sobre o pensamento colonial que se ligou ao Brasil desde então: “O crédito há de vir pela mão da natureza, como um dom de Deus”. A proposta argentina partiria, da mesma maneira, do esforço de mapear e apresentar suas riquezas naturais e produtos agrícolas. O progresso e a ciência colavam-se no âmbito latino-americano na necessidade de atender a um mercado externo que priorizava as matérias-primas que vinham desses países. Ademais, é preciso não esquecer que a valorização das ciências agrônômicas fortaleceria as

falas dos técnicos propalando que o triunfo do homem sobre a natureza ainda não havia se completado nessas regiões. Era necessário racionalizar a exploração dos solos agrícolas e das riquezas naturais.

O ambiente científico decorrente das exposições criou espaços que permitiram a troca de experiências e de resultados. Essa necessidade de agilidade de circulação de saberes gerou novas formas de cooperação técnica e econômica entre os países. Nesse sentido, a Exposição de Londres de 1851 estruturou os primeiros passos para uma cooperação internacional entre os técnicos. As lacunas para os processos de comparação e circulação de informações demandaram o desenvolvimento de novos procedimentos metodológicos. Werner Plum (1979, p. 82-83) identifica que, nessas transformações, a criação da estatística internacional comparada foi uma das técnicas e métodos de pesquisa fundamentais que possibilitou elaborar material comparativo em grande escala para entender os censos de habitantes, os movimentos da população e as estatísticas agrárias dos países que faziam parte do mercado internacional. Se as pretensões progressistas escoradas na ciência passaram a ser um objetivo comum das nações expostas nas exposições, pode-se pensar, na medida do possível, na construção de redes transnacionais que propiciaram aprimoramentos técnicos compartilhados. Cabe aqui apontar os novos olhares quando se analisam as exposições pelo viés da circulação de saberes, e não somente pela atuação dos países organizadores, na sua maioria europeus.

Em primeiro lugar, devemos lembrar que a origem e o fortalecimento de várias disciplinas emergentes, além da estatística, estiveram vinculados ao cenário das exposições universais, como por exemplo a antropologia, a agronomia, a física, a química, a meteorologia, a paleontologia e a arqueologia. De fato, chama a atenção, o papel da antropologia na formulação e na difusão de ideias que hierarquizavam as culturas e os países tendo como parâmetro a organização de uma linha de progresso. Por outro lado, a física e a química, privilegiaram a ênfase na melhoria dos produtos comerciais industriais e coloniais voltados para o mercado externo. As análises sobre essa recém-nascida elite científica apontam para um discurso de assenhoreamento dos novos saberes agrários, mineiros e industriais que ganharam um espaço cada vez maior na América Latina no último quartel do século XIX (LÓPEZ-OCÓN CABRERA, 1998, p. 104-111).

A esse respeito, temos de considerar que esses profissionais de novo tipo que surgiram no século XIX precisaram abrir espaços em sociedades marcadas

pelas escolas de direito, engenharia e medicina. É de se ressaltar que, embora fosse dada ênfase ao direcionamento excessivo dos bacharéis em direito e medicina para os cargos burocráticos, com o aumento das possibilidades de ensino, formações como as de engenheiro, químico e agrônomo passariam a ter cada vez mais atrativos à medida que se prestaria também a ocupar cargos públicos. A criação de instituições científicas e universidades propiciaria um quadro de homens que não atuariam somente como produtores ou comerciantes de produtos extrativistas ou agrícolas, mas sim, igualmente, ocupariam cargos burocráticos ou se voltariam para a carreira acadêmica, alguns nos próprios institutos em que se formaram (MENDONÇA, 1998, p. 56).

A outra questão diz respeito ao impacto desses novos atores ao assumirem cargos alocados nos espaços de ensino e pesquisa, como as universidades ou estações agronômicas. Nesse sentido, tornaram-se peças-chave do projeto político de modernização colocado em marcha pelos ministérios da Agricultura argentino e brasileiro e que são claramente perceptíveis nas representações feitas nos pavilhões das exposições universais<sup>1</sup>. Ora, seria preciso, também, considerar que essas exposições foram marcadas por dinâmica de circulação de saberes e tecnologias que se pautavam na comparação e na busca por um modelo padrão técnico-científico como forma de superar os entraves de um mercado externo cada vez mais competitivo. Semelhante constatação vai de encontro às colocações de López-Ocón Cabrera (1998, p. 120), que sugere que é preciso considerar que as exposições universais explicam parte do projeto de transferência de ciência e da tecnologia dos países centrais da ciência-mundo para a periferia latino-americana – que depois de adaptada daria origem a uma cultura técnico-científica local. Pelos documentos produzidos, torna-se possível melhor conhecer os laços que reforçavam os vínculos entre ciência e a construção de economias que assentaram raízes nas forças produtivas agrícolas e naturais.

Ainda pouco se conhece, todavia, sobre as ideias, políticas e práticas que não se restringem às nações, mas transbordam para fora das fronteiras nacionais<sup>2</sup>. Essa teia que foi articulada tendo como cerne da

<sup>1</sup> Ver: Sonia Regina de Mendonça (1997) e María Cristina Plencovich (2003).

<sup>2</sup> Ressalta-se, de fato, uma historiografia agrária no Brasil e na Argentina bastante consolidada. Embora, por diferentes motivos, a historiografia brasileira e argentina tem deixado lacunas e alguns temas permaneçam em parte intocados. Como apontam Campi e Bravo (1999, p. 73), o estado do debate na Argentina possui debilidades e vazios, sendo, na verdade, que as insuficiências

questão o avanço da ciência, adapta e modifica o processo de produção agrícola e extrativista em diferentes níveis e regiões. Esse padrão de práticas que marcaram igualmente a Argentina e o Brasil apontam os caminhos tomados pela elite econômica e científica ligadas aos espaços rurais e naturais desde o século XIX. Lembra-se aqui que a moldura desta pesquisa se refere aos momentos de impactos iniciais provocados pela participação nas exposições universais por países há pouco tempo independentes, uma vez que, nas suas entrelinhas, se identifica os princípios mestres que moldaram as diferenças cunhadas pela construção das identidades nacionais e políticas econômicas que serviam principalmente aos interesses da elite agrária.

Desde há um tempo que a complexidade da relação entre a agricultura, a natureza e a economia mundial têm sido de fato analisada pela história agrária, mas acredita-se que essa discussão pode ter uma importante contribuição se avançar para a história comparativa. Nesse sentido, os documentos produzidos no âmbito das exposições universais serão compreendidos como uma produção ampla, diversificada e que abarca questões tanto nos contextos nacionais e internacionais – mas, perpassadas por uma rede de circulação de ideias de saberes e tecnologias. Como destacam Ciro Flamarion Cardoso e Héctor Perez Brignoli (1979, p. 409), o método comparativo pode resultar na quebra com a visão historiográfica restrita às fronteiras políticas como unidade de análise, possibilitando universos de análise mais coerentes por integrar por exemplo amplos espaços agrários semelhantes do ponto de vista estrutural.

### **As fábricas e a natureza que distinguem os países**

A participação do Brasil e da Argentina nas exposições universais abriu um significativo debate sobre o progresso gerado pela indústria e pela lavoura. O desenvolvimento industrial passava a criar fronteiras distintas que eram pensadas como obstáculos a serem superados futuramente. Querelas à parte entre agricultores e industriais, na prática, ao tratar das diferenças entre os pavilhões, percebia-se a disparidade entre os produtos expostos desencadeada por um fluxo de comparações. A excessiva dominância agrícola e

de produtos naturais, e o pequeno número de produtos fabris, imprimiram o tom de uma linguagem tanto visual quanto discursiva que buscava minimizar os impactos da teoria da divisão internacional de trabalho, defendendo a opção, naquele momento, da lavoura e da exploração da natureza.

Como é sabido, por volta da segunda metade do século XIX se observa no mundo uma mudança nos padrões de organização política direcionadas aos espaços rurais e naturais. Exemplo disso seria que em vários países europeus e nos Estados Unidos um conjunto de situações tiveram reflexo na formulação de políticas administrativas que dessem conta das questões agrárias e extrativistas e suas novas demandas. A ação do Estado se intensificaria no último quartel do século XIX de forma a contornar a Grande Depressão de 1870-90 (MENDONÇA, 1997, p. 56).

No Brasil, em sua maioria, as medidas do Estado buscavam aperfeiçoar a agricultura, incentivando os agricultores a adotarem os métodos de cultivo e de produção baseados na Europa e nos Estados Unidos (LOBO, 1980). A criação do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em 1860, reforçou a oportunidade de intervenção em relação aos problemas agrícolas levantados pelas comissões organizadas no período para debater os problemas da lavoura. Na Argentina, o Departamento Nacional de Agricultura criou as primeiras bases de uma burocracia ligada à agricultura entre os anos de 1872 e 1898. A preocupação – que também seria comum a outros países – passava pela distribuição de sementes, a difusão de informações sobre a tecnologia agropecuária, a realização de estatísticas de produção e o desenvolvimento do ensino e da investigação agrícola (GRACIANO, 2001, p. 233-266). A forte defesa da participação nas exposições universais feita por esses ministérios da Agricultura, mesmo em momentos de carência de verbas, reafirmam o empenho em legitimar os projetos de economia nacional que residiam na vocação agrícola e na valorização das riquezas naturais.

Aliás, foi entrando nessa questão que Pedro de Alcântara Bellegarde, então ministro do recém-criado Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, salientava que o Brasil ainda era conhecido no mundo como “o empório das riquezas naturais e destituído de toda e qualquer indústria” (MACOP, 1863, p. 14), sendo os produtos extrativos e agrícolas os que mais tiveram reconhecimento. Na Exposição de Viena, o País manteria o viés natural e agrícola. A comissão enviou açúcar, salsaparrilha, café, araruta, algodão,

mais sobressalentes são relativas à evolução e às transformações tecnológicas. Por certo, Sonia Regina de Mendonça (1998, p. 17) afirma, igualmente, para o Brasil, a existência de um grande silêncio em alguns temas da história agrária.



chás, mates, licores, madeira, entre outras mostras de matérias-primas. Como aclarava o Ministério da Agricultura brasileiro, tinha-se como fim “serem distribuídas e melhor apreciadas os nossos principais gêneros de exportação e [...] passar a ideia de fertilidade do solo e da riqueza da vegetação intertropical” (MACOP, 1873, p. 31). Os pavilhões também eram organizados de forma a ressaltar a produção agrícola e extrativa:

No centro do pavilhão que faz frente para o oeste e lado para o norte, se colocou sobre um largo basamento, forrado de lã cor de carmim queimado, o projeto do monumento do sr. F. A. Caminhoá; e grupada em torno deste a nossa riquíssima coleção de madeiras [...]. A roda da coluna, em direção aos quatro ângulos, colocou sobre largos pedestais quatro pirâmides de lindas e envernizadas madeiras, que faziam um belo efeito, encostados aos muros renques sobrepostos em escalões regulares; acervos imitando cristalizações admiráveis pelas suas formas variadas, e grupos de toros encimados por feixes de madeiras de cores. Na parede principal deste pavilhão, mandou a comissão colocar um grande painel, representando um mato virgem, pintado à temperatura pelo Sr. Brioshi (BRASIL, 1874, p. 9).

Algumas vozes na Argentina, ali e aqui, apontavam a situação dos privilégios dados aos produtos extrativistas e agrícolas em detrimento dos industriais. Na Exposição Universal de Paris de 1889, o delegado do governo argentino Santiago Alcorta comentava que a representação das indústrias tinha pouca importância se comparada com a exposição de matérias-primas. Ele destacava as coleções de lã, trigo, linho, cevada, cereais e madeiras – que deveriam representar a enorme riqueza do País. Para esses homens, era necessário selecionar aqueles produtos que propiciassem uma visão positiva, e não uma realidade de fraqueza perante às indústrias europeias. A comparação passava a ter alto significado, como reveladora dos espaços de cada país no mercado mundial. A ênfase maior seria sempre dada aos produtos que pudessem atrair consumidores e investidores estrangeiros. A ideia de competição reforçava a necessidade das nações de se apresentarem ante seus pares da exposição com o que consideravam o melhor lado da sua imagem (PENHOS, 2009, p. 59-84). O próprio Alcorta insistia que alguns contrastes deveriam ser evitados pelos países latino-americanos:

La idea de los países hispano-americanos, y de otros poco conocidos de diferentes regiones, de presentarse en pabellones especiales, situados en medio de jardines, ha sido acertadísima, y debe tenerse presente para el caso de otra Exposición Universal, hasta que llegue el momento en que convirtiéndose en manufactureros, puedan presentar sus productos en competencia con los de las naciones más adelantadas en industria, como lo han hecho los Estados Unidos. En ese caso, podrán nuestros países ocupar un local, como lo han hecho estos, bajo el mismo techo que los de Europa, pero en esta vez, puede cualquiera figurarse el mal efecto que hubiese hecho sobre el visitante, el pasar inmediatamente, de una sección industrial, en que se exhibían sederías, encajes, joyas, etc., a la nuestra, por ejemplo, llena de lanas e cueros, de cereales, y de maderas, como el depósito de una gran propiedad de campo (ALCORTA, 1890, p. 65).

Não há diferença substancial entre as posições de Alcorta e Bellegarde. Ambos os países, como se sabe, procuravam principalmente alcançar melhoria nas condições de comercialização dos seus principais produtores agrícolas ou extrativistas. Se os produtos manufaturados eram um sonho para os tempos vindouros, os produtos agrícolas e os usos dos bens naturais fizeram parte de um esforço despendido por esses países de passarem a se escorar em processos de produção e extração mais racionais. No Brasil e na Argentina, o fortalecimento da ciência e dos seus novos atores teve reflexo nas ideias a serem adotadas na agricultura e nos bens naturais de exportação, mas que influenciaram igualmente a produção voltada para o mercado interno. A rede de circulação de saberes que também passavam pelas exposições universais criou as bases de uma ciência que cercava a cidade e o campo e se tornou parte dela tanto nas esferas da produção como de comercialização.

Como bem aclara Tamás Szmrecsányi (2001, p. 170-200), o período entre o fim do século XVIII e o início do século XX seria marcado por revoluções políticas, como a norte-americana (1776) e a francesa (1789), a Primeira Revolução Industrial e a Primeira Guerra Mundial. Além disso, também seria reconhecido como um momento de formação das ciências e da tecnologia moderna. Os novos atores, como os técnicos e os cientistas, ocuparam um lugar de relevo desde então. Numerosas instituições científicas foram criadas, tornando-se atividades comuns nas universidades, nas empresas agrícolas e industriais nos países mais

avancados. O progresso da ciência revolucionou as técnicas de produção, e a sua adoção rápida por algumas empresas trouxe vantagens competitivas decisivas, criando modelos que deveriam ser seguidos pelos seus concorrentes. Ademais, enfatizava-se a crescente necessidade de incorporação de máquinas e ferramentas e de novas exigências para a produção de matérias-primas.

Nesse cenário, é preciso não esquecer que o fim do século XIX ficaria conhecido como a era da ciência, assim como, porém, por uma sociedade marcada pelo consumo e pelo luxo. No decorrer do século, civilização e modernidade assumiram o *status* de palavras de ordem. Por sua vez, vê-se delinear toda uma ideia de que a vitória da ciência levaria à derrota do obscurantismo (COSTA; SCHWARCZ, 2000, p. 9-18). Na Argentina, como no Brasil, pode-se observar que a valorização da ciência se acelerou no mesmo momento em que as exposições universais foram alçadas à categoria de vitrine da modernidade dos países, mas também se afigurava nítido o papel preponderante do mercado mundial resultado de uma política de expansão europeia e que teria como efeito colateral o aumento da produção e da concorrência entre os países produtores de bens primários.

Nesse sentido, o objetivo principal dos homens envolvidos nas comissões argentinas e brasileiras era apresentar países novos e modernos com fortes bases econômicas nas empresas extrativistas e agrícolas. As industriais ficariam para mais tarde. Todavia, a nossa questão é no sentido de uma ciência beneficiadora dos bens produzidos por esses países, dando-lhes um sentido de armas para a concorrência. Como entende Francisco Latzina (1889, p. 5), diretor da comissão argentina na Exposição Universal de Paris em 1889, era preciso demonstrar por meio da estatística a riqueza da pecuária e da agricultura na República Argentina. Importa lembrar que seria na segunda metade do século XIX que os progressos técnicos se vinculariam aos avanços científicos e passariam a se escorar em um processo organizado de experimentações científicas (HOBBSAWN, 1983, p. 161). As estatísticas apresentadas por alguns países europeus e pelos Estados Unidos – consideradas fabulosas pelos técnicos brasileiros e argentinos – transformaram-se em metas a serem alcançadas.

É bastante interessante a percepção de que o senso agudo de diferenciação pela escassez de produtos industriais *versus* a exuberância da natureza que caracterizava os pavilhões sul-americanos recriava partes dos mecanismos de circulação econômica

que marcaram o retrato do Antigo Sistema Colonial (NOVAIS, 1979). Devemos lembrar, como pontua Juan Murillo Sandoval (2015, p. 246), que essas escolhas, tão bem fundamentadas nos relatórios pela fertilidade do solo e a riqueza da flora, não conseguiam atender completamente os ideais de representação de países modernos e progressistas tão almejados pelos estadistas, cientistas e agricultores envolvidos na estruturação das exposições. Para ele, esse cenário torna-se mais claro quando se considera que essa nova realidade marcada pela recém-independência desses países não implicou totalmente em formas de representação econômicas e identitárias que não tinham sido pensadas ou concretizadas antes. Um importante impacto provocado por essa herança colonial seria a permanência de uma relação utilitarista com a natureza. Nesse sentido, mantinha-se uma tradição econômica fortalecida na última metade do século XVIII de mapear cientificamente as diferentes regiões para encontrar possibilidades de exploração das riquezas naturais que ainda não tinham sido descobertas ou desenvolvidas satisfatoriamente para atender às metrópoles europeias.

Nessa nova conjuntura evidenciada nas exposições universais, a oblação feita por Manoel Araújo Porto-Alegre<sup>3</sup> (1873, p. 5), que atuava como secretário da comissão brasileira na Exposição de Viena, apresentava claramente a percepção dos países produtores de bens primários ao escrever versos que lembram que a Europa era a “terra da ciência” e o Brasil disporia dos “reis das florestas, milenários, monumentos” que deveriam ser explorados por essa mesma ciência. Como afirma María Silvia di Liscia (2009, p. 118-119), para alguns atores envolvidos diretamente nas comissões, como os cientistas, os funcionários e outros intelectuais, a maior preocupação era fortalecer um significado utilitário dado aos bens naturais e de exaltação do progresso científico ocidental. Os bens naturais eram expostos de maneira a ressaltar o seu uso econômico real ou potencial. Aliás, essa percepção dos recursos naturais escorava-se em uma ideia construída desde o século XVIII, que ressaltava uma noção de natureza baixo à lógica econômica e vinculada às sociedades humanas.

Por certo, o predomínio de uma visão utilitarista da natureza teria forte impacto não só no Brasil ou na Argentina. Nesse momento, segundo Enrique Leff (2003, p. 22), a natureza transformou-se em

<sup>3</sup> Foi diretor da Academia Brasileira de Belas-Artes e tornou-se, em 1840, pintor oficial da Corte. Foi membro correspondente do Instituto Histórico de Paris e da Academia Real de Ciências de Lisboa e serviu como diplomata, sendo cônsul-geral da Prússia e em Portugal (SQUEFF, 2004).

objeto de domínio das ciências, continuando a ser desnaturalizada e convertida em recursos. O que gostaríamos de pontuar, no entanto, é a relação bem acentuada de concorrência entre os diversos países. Gabriel Carrasco (1890, p. 313), que teve como uma das suas atribuições apresentar o censo argentino realizado em 1888, percebia a exposição como uma boa oportunidade para atrair a imigração estrangeira e reforçar a posição de primazia dos produtos argentinos em detrimento de outros países, uma vez que para ele seria perceptível que nenhum outro país possuía coleções que revelavam tanta riqueza natural. A visita às exposições dos países concorrentes que produziam cereais, carnes, lãs e madeiras, como a Austrália, a Rússia, o Brasil, o México e o Paraguai, demonstravam para Carrasco a superioridade argentina.

Em relação aos produtos manufaturados, a Argentina ainda teria a sua produção restrita ao mercado interno, uma vez que não conseguiria concorrer na Europa, mas o caso era distinto quando se tratava de produtos como a madeira, que “se fosse explorada poderia abastecer o consumo do mundo por um imenso período” (CARRASCO, 1890, p. 314, tradução nossa)<sup>4</sup>. Regina Dantas (2012, p. 109) salienta que, no caso do Brasil, a ênfase nas mostras de madeira servia, igualmente, para demonstrar a riqueza agrícola. Desta feita, ao nos debruçarmos sobre os escritos argentinos e brasileiros, nota-se aí o mesmo entendimento da natureza como uma marca bem nacional.

Ademais, interessa salientar que a questão da vocação agrícola propiciada por uma natureza dadivosa marcou o cenário das exposições universais. A ideia da natureza foi apropriada não como um ideal de preservação, mas de apresentar as possibilidades das riquezas naturais e mostrar o seu valor. Ocorreu um movimento de naturalização da exploração da natureza pelo grau de proveito a se alcançar (LISCIA, 2009, p. 131). De fato, a agricultura e a exploração das riquezas naturais ganharam um significado diferente nos países ainda pouco marcados pela industrialização. Os esforços dos técnicos eram no sentido de racionalizar a relação homem e natureza – desde a grande lavoura até o manejo das florestas, com a defesa da silvicultura. Interessa notar que, nesse mundo em que as florestas ainda se estendiam por imensas paisagens, a natureza passava a ser protagonista em diferentes enredos, seja nos discursos paradisíacos apresentados nas exposições universais ou na literatura. Como detecta Luciana

Murari (2009, p. 31), fortalecia-se nesse momento a lógica da natureza como um objeto de pesquisa passível de ser inventariado como matéria-prima que possibilitaria a “construção do futuro de prosperidade que os visionários do progresso aguardavam”.

Mas, se a natureza foi central no direcionamento das impressões positivas nas exposições universais sobre o Brasil e a Argentina, ela traria no seu bojo uma visão ambivalente que oscilava entre o progresso e o atraso. A principal delas ligada ao progresso, sem dúvida, diz respeito à afirmação do seu significado como quase sinônimo de riquezas naturais e vocação agrícola, em uma visão utilitarista de dominação da natureza pela ciência. Por outro lado, a carga semântica do conceito de natureza suscita a visão do atraso, ou seja, é apreendida como um obstáculo ou oposição ao progresso. Segundo essa ideia, as percepções se alteram como sugere José Augusto Pádua (2010, p. 87) para pares como: “arte versus natureza; ordem social versus natureza; técnica versus natureza; espírito versus natureza etc.”.

Uma observação que deve ser feita é a permanência de um modelo classificatório dos objetos que possui traços das enciclopédias do século XVIII e o caráter didático dessas exposições. O modelo inglês que acabou vigorando tinha como base a classificação que partia da utilidade dos produtos ordenados em grandes grupos. As fontes produzidas no cenário das exposições universais retratam de maneira excepcional a visão dos artífices dos pavilhões brasileiros e argentinos que moldaram a representação de ambos os países sobre a ideia de um processo de transformação da natureza em símbolos de uma identidade nacional. O resultado que se buscava era minimizar o peso no cenário das exposições da realidade de países periféricos marcados pelo passado colonial e pela continuidade da escravidão. Nesse sentido, as ideias de civilização e barbárie que definiam as relações entre os diferentes países criaram um discurso latino-americano ambivalente que apresentava as riquezas naturais como motor de progresso (SANJAD, 2017, p. 789-814). No que toca aos pares de oposição, Sérgio Buarque de Holanda (1995) preconizava que eles não são necessariamente antagônicos na sociedade brasileira. Ou seja, as variações dadas ao termo natureza ora como atraso, ora como progresso foram recorrentes para legitimar práticas, demandas e políticas do mundo extrativista e da grande lavoura. Essa possibilidade de interpretação abre novas vias para se pensar o pano de fundo dos discursos formulados por brasileiros e argentinos.

<sup>4</sup> Do original: Si fuera explotada podría abastecer al consumo del mundo por un inmenso período.



Seja como for, não se deve esquecer que a questão da definição dos mercados era um embate que aparece exposto de forma clara nas exposições. As falas que se revelam são quase exclusivamente voltadas à defesa da grande potencialidade da natureza argentina e da brasileira para abastecer a Europa. Mantinha-se nos mercados internacionais um consenso sobre o papel desses novos países no abastecimento de produtos primários, embora a concorrência passasse a ser muito mais acirrada. No Brasil, a discussão era retomada em quase todos os materiais produzidos para as exposições. Considera-se, no entanto, que muitas das obras produzidas faziam uma recompilação com maior ou menor aprofundamento dos dados e discursos apresentados ou anteriormente formulados. Um dos materiais feitos pela comissão formada para a Exposição Universal da Filadélfia, em 1876, aclarava o aproveitamento dos textos produzidos para as exposições anteriores, a de Paris, em 1867, e a de Viena d'Áustria, em 1878 (BRASIL, 1876, p.35).

A presença e a postura do Brasil nas exposições elegeram a agricultura como ponto emblemático da sua postura nos mercados mundiais. Essa visão refletia a forte liderança das elites agrárias nesse momento e desenhava os rumos econômicos do país até os dias atuais. A criação recente do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas sacramentaria as escolhas tomadas por estadistas, técnicos e agricultores. O que os unia era o fortalecimento das bases agrárias do País, embora nesse caso uma agricultura distinta dos padrões até então adotados. A vitória da chamada agricultura científica passava a ser um importante instrumento para o progresso do País. A comissão organizada para a Exposição de 1876, na Filadélfia, deixava bem claro que, se o Brasil não apresentava até então desempenho industrial significativo, era inegável o seu papel como região agrícola de solo fértil.

A natureza parece ter destinado o Brasil para um dos primeiros países agrícolas do mundo. O solo coberto, ainda em grande extensão, de majestosas florestas virgens conservava a primitiva uberdade, que, larga e generosamente, compensava o trabalho. Assim, o trigo e o centeio, cuja produção na Europa era de 20% e, na Ásia, de 8 a 12%, chegavam, em algumas províncias, a dar de 30 a 60%, com a mesma quantidade de sementes plantadas, e 70% em alguns lugares da província de São Pedro do Rio Grande do Sul (BRASIL, 1876, p. 52).

Essa visão iria de encontro às modificações na agricultura que também marcariam fortemente a Europa nesse momento. Apesar de se tratar de países que ocupavam dois espaços distintos na exposição, o fortalecimento da agricultura científica pode ser considerado como um processo mais amplo, encabeçado por uma elite agrária que tinha como um dos seus maiores desafios transformar o Brasil e a Argentina em importantes produtores agrícolas mundiais.

Na verdade, as exposições podem ser percebidas como uma das engrenagens de uma rede de circulação de saberes. Exemplo disso seria a influência da política instituída por Jules Méline<sup>5</sup> como forma de reagir à depressão dos preços agrícolas baseada principalmente no protecionismo, na instituição do ensino técnico rural, no sistema de crédito rural e no cooperativismo. Essa influência encontraria expressivo número de adeptos no Brasil e na Argentina. Enfatizava-se a importância da atuação de Méline, pois em apenas 15 anos de “animação inteligente, de legislação adequada, de auxílios pensados” (A LAVOURA, 1899, p. 63) tinha transformado a agricultura na França.

Entre os colaboradores da *Revista da Exposição Universal de Paris*, em 1889, estava o agrônomo francês Pierre Joigneaux, que seria importante referência no Brasil e na Argentina. Essa agricultura francesa defendia a implementação das técnicas agrícolas experimentadas pela ciência, cujo sucesso se comprovava, uma vez que, segundo Joigneaux, os agricultores não mais riam dos usos de práticas científicas no campo. Esse seria, para os chamados agricultores progressistas, o método mais racional de aumentar a produção e a competitividade agrícola, ou seja, métodos que não eram mais ditados por experiências de séculos, mas pelas novas técnicas.

He aquí el progreso más significativo que nos ofrece la exposición universal. Os convenceréis de ello recorriendo la galería destinada por el ministerio de agricultura à la enseñanza especial. El Instituto Nacional Agronómico, las estaciones, los laboratorios, las escuelas regionales, los profesores departamentales, las escuelas prácticas, las granjas modelos, las librerías especiales, nos muestran cada cual à su manera como se han empleado en combatir las rutinas y atraer à buen camino à los refractarios (DUMAS, 1889, p. 186-306).

<sup>5</sup> Foi ministro da Agricultura da França e responsável pelo movimento denominado de “retour à la terre” (MENDONÇA, 1998).

Ao considerarmos o projeto de progresso apresentado nas exposições universais, pode-se entender que a comunhão com a natureza seria um elemento muito valioso para os países do Novo Mundo, aquilo que os diferenciava da Europa. Os componentes do progresso e a aplicabilidade da ciência nos diferentes espaços europeus e americanos não eram os mesmos, e essa natureza diferenciada transformava-se no grande trunfo desses países. Como lembra Maria Ligia Prado (1999, p. 180), a natureza podia ser trabalhada como uma tela em branco sobre a qual se retratavam concomitantemente discursos científicos ou se construíam imagens e símbolos. Não seria por coincidência que Francisco D'Ervy, responsável por apresentar o Novo Mundo na revista *Portada*, ressaltaria a escolha por palácios grandiosos que passassem a ideia de riqueza e progresso desses países. Uma natureza intocada e exótica que poderia ser comparada ao jardim do Éden, pois era superior aos bens naturais da Europa. Essa representação da natureza pode ser facilmente observada na **Figura 1**, extraída do Álbum feito para ser distribuído na Exposição Universal de Paris. A Argentina apresentaria uma grande mostra de madeiras, na qual se destacavam uma mesa de cedro de  $6 \times 10 \times 1,80$  m, plantas medicinais, carnes, lãs, couros, entre outros produtos agrícolas e naturais. De qualquer forma, impressiona a descrição que seria feita

por ele do Brasil, como um dos países mais bonitos do mundo, que expôs a vegetação dos trópicos com toda a magnificência e variedade:

En la sala de la planta baja y en las galerías de los dos pisos, adornadas de flores, hay expuestos cacaos, cafés, vainilla, azúcar y cañas de azúcar, tabaco, mármoles, muestras de maderas [...]. Los envíos agrícolas y las primeras materias exhibidas atestiguan los inmensos recursos de un suelo en que no escasea ningún tesoro, ni aun los diamantes y el oro. El pabellón brasileño está rodeado de un jardín lleno de flores exquisitas, con lindas grutas alfombradas de plantas exóticas, y la estufa más preciosa del mundo, orgullosa de sus palmeras, plátanos gigantes y vistosas orquídeas. En un estanque, debidamente calentado, se ostenta una victoria regia de Amazonas (DUMAS, 1889, p. 521).

Tendo-se em mente os espaços definidos nas exposições, que bem podem resumir as relações entre diferentes países no mercado internacional, enxerga-se um cenário montado pela Argentina e pelo Brasil que se apoia nos principais produtos que exportavam, por um lado, e, por outro, em uma releitura do papel da ciência, apresentando a natureza e a agricultura não como secundárias, mas como protagonistas do papel que

**Figura 1** – Vitória-régia no Pavilhão do Brasil na Exposição Universal de Paris



Fonte: BRASIL. *Exposição Universal de Paris: exposição brasileira*. Paris, 1889. Acervo Arquivo Nacional.

poderia vir a ser ocupado por esses países no cenário mundial. A circulação de saberes e o fortalecimento de uma rede de técnicos cristalizariam um discurso que percebia ambos os países como centrais e estratégicos no cenário do progresso mundial. O que pode parecer apenas palácios marcados pelo exótico da natureza e pela riqueza agrária se consolidaria em projetos de nação que se tornaram realidade, tomaram força e se cristalizaram com o passar do tempo. Não é à toa que as identidades argentina e brasileira – que se constituíram ao longo das exposições universais – mantiveram seus traços tanto para o olhar estrangeiro como para o cenário nacional.

### **O outro lado do gume: política imigrantista, agricultura e exposições universais**

As exposições universais ligaram-se fortemente às disputas econômicas que caracterizaram o mercado internacional, embora não deixassem de ultrapassar em alguns momentos esse âmbito, pois foram vistas como uma resposta às novas necessidades de mão de obra demandadas pelos espaços extrativistas e agrários, em que o Brasil e a Argentina se inseriam. Aliás, ambos os países se destacavam pela divulgação de uma paisagem dadivosa como forte atrativo para os imigrantes europeus. Essa valorização estética da natureza respondia a uma conjuntura marcada por uma expansão agrícola que buscava compensar as quedas dos preços geradas pela grande depressão de 1870-90, que afetou fortemente a agricultura (MENDONÇA, 1998 p. 3).

Aliás, a imigração foi ponto central na participação dos países latino-americanos nas exposições. Como bem mostrou Jorge Pinto Rodrigues (2017, p. 69-76), países como o México, Brasil, Argentina e Chile investiram grandes somas em uma propaganda imigrantista para amealhar mão-de-obra e capitais. O resultado é obvio: esses países buscavam a apresentar da melhor maneira possível imagens e dados atrativos para os possíveis imigrantes europeus. Muitos desses altos investimentos em pavilhões impactantes estavam relacionados a necessidade desses países superarem uma imagem de atraso pela colonização europeia e portuguesa. Ademais, os conflitos políticos oriundos da sua recém consolidação como nação buscavam ser minimizados como contextos passageiros e que, de forma alguma, obstaram o progresso desses novos países. A aparente simplicidade desse discurso pode

ocultar projetos econômicos, políticos e sociais muito bem alinhados com os interesses de uma elite econômica e intelectual que adaptaram as tendências estrangeiras às realidades brasileira e argentina<sup>6</sup>.

Se as políticas agrícolas adotadas na Europa colocaram em prática o protecionismo agrícola, o cooperativismo e a modernização agrícola, o Brasil e a Argentina precisaram investir não só nas novas políticas e no progresso científico no campo, mas na atração de trabalhadores rurais. Como indicam Beatriz Stephan e Jens Andermann (2006, p. 202), a uma natureza dadivosa se somava uma imagem de vazio, ou seja, de escassez populacional que significaria a promessa de “tierras y oportunidad”. Na contramão dessas expectativas, os formuladores das políticas imigrantistas percebiam a natureza como um atrativo para atrair uma mão de obra desprovida de direitos e que responderia aos anseios da elite agrícola dos dois países. As queixas de que a lavoura continuava a definhar por falta de braços fortaleceu a necessidade de incrementar a imigração europeia, vista também como uma forma de diminuir os salários.

O apelo à imagem da natureza que foi posta em prática nas exposições dialogava diretamente com as crises econômicas do período – crise dos preços agrícolas, da carestia europeia e da questão servil americana. Mas esses homens foram capazes de se aproveitar dessa relação entre causa e efeito mesmo durante os períodos em que os sintomas das crises políticas e econômicas se acirravam<sup>7</sup>. Ao propiciar tanto mão de obra quanto tecnologia, essas crises podiam impulsionar os primeiros passos no caminho do tão almejado progresso agrícola.

Ora, era inteiramente claro para os formuladores das estratégias da política imigrantista de ambos os países que o sucesso econômico se baseava na continuidade da dependência da exploração das riquezas naturais como lógica para a atração de novos trabalhadores, como seria destacado no *Manual del inmigrante en la República Argentina*, de 1888. Assim, erguiam-se não só palácios verdes, mas promessas de um reino da abundância:

<sup>6</sup> Como bem mostra Flávio Heinz (2006, p. 9), importa “conhecer os modelos e/ou estratégias empregados pelos diferentes membros de uma elite para alicerçar uma carreira exitosa e socialmente ascendente ou, em outros casos, evitar – mecanismos de conversão social- um declínio ou reclassificação muito abrupta”.

<sup>7</sup> Como aponta Maria Heloisa Lenz (2012, p. 18), a modernização argentina seria ressaltada fortemente na Exposição Internacional de Paris em 1889. Embora a Argentina enfrentasse os primeiros sintomas da crise econômica e política dos 1890, não se mediram despesas para erguer em Paris um enorme e suntuoso pavilhão.

Él pabellón victorioso de la Nación más rica de la tierra se ostentará sobre los muros de nuestras fortalezas y flameará sobre las ondas con toda la dignidad que le atraiga los respetos. Tierras inmensas y feraces, climas variados y benignos, medios de subsistencia abundantes, montes de oro y plata en extensión interminable, producciones de todo género, exquisitas, atraerán a nuestro continente millares de millares sin número de gentes, a quienes les abriremos un asilo seguro y una protección benéfica (PELLIZA, 1888, p. 12).

Sobre isso, no Brasil, deve-se considerar, pelas falas da elite agrária, que após as leis abolicionistas havia receio de que a agricultura se visse repentinamente arruinada pela falta de braços. Os setores ligados à elite agrícola estavam diante de uma grave situação de ruptura com o antigo modo de produção escravista e o que lhe restava, com os instrumentos de que dispunham, era saná-la o mais depressa possível. Nesse momento, segundo Maria Emília Prado (2000), a crise do trabalho escravo foi um importante incentivo para a introdução de novas técnicas na agricultura brasileira, mas a percepção de que o imigrante europeu era um elemento essencial para contornar os problemas gerados pela escassez de mão de obra e o atraso técnico teve forte adesão em parte da elite agrária, principalmente entre aqueles homens ligados ao setor cafeeiro<sup>8</sup>. Essa conjuntura abolicionista, como era de se esperar, influenciava de maneira inevitável as estratégias apresentadas nos documentos produzidos para as exposições universais com foco na imigração.

No material preparado para a Exposição Universal de 1873, em Viena, a diretoria de estatística reforçava que os escravos no Brasil eram tratados com humanidade, possuíam bons alojamentos e eram alimentados. Principalmente, enfatizava-se que o trabalho escravo tendia a desaparecer em poucos anos, porque, depois da Lei do Ventre Livre, decretada em 1871, ninguém mais nasceria escravo no país (BRASIL, 1874, p. 63). Ora, a escravidão tinha os seus dias contados, o que permitiria imaginar a grande demanda por mão de obra livre. A ideia era implementar um sistema autossustentável baseado na introdução de trabalhadores agrícolas europeus. De todo modo, esperava-se que a questão da promessa de terras fosse obstaculizada no momento da

chegada desses imigrantes, uma vez que a aprovação da lei de terras impediria as posses, assim como o acesso a propriedades próprias seria dificultado pelo alto preço das terras. Isto é, esses imigrantes seriam impelidos a trabalhar nas fazendas durante certo tempo (DEAN, 1975, p. 421).

Cabe observar que a convivência entre trabalho escravo e trabalho livre principalmente nas fazendas cafeeiras gerou problemas graves<sup>9</sup>. Também é digna de nota a reação ante a distorção dessa visão reedentadora com o enfrentamento dos problemas emergentes de uma realidade da qual os imigrantes tinham percepção somente quando se encontravam nas partes do território que não se ajustavam aos ideais vendidos pelo Brasil. Como afirma Sérgio Buarque de Holanda (1972), o Brasil de muito se valeu de argumentos falaciosos empregados por agentes consulares de um futuro pródigo que lhes aguardaria na terra de eleição. Aliás, não se pode esquecer que nesse justo momento o Brasil sofreria algumas restrições dos países europeus por motivos de maus-tratos de imigrantes em algumas fazendas. Naturalmente, a reversão desse quadro exigiu o investimento em uma propaganda que tinha como uma das suas bases as riquezas naturais do País.

Sobretudo no caso que aqui nos interessa, algumas das apresentações foram pensadas pelos responsáveis pela propaganda imigrantista para contornar esse problema – embora não se saibam os seus reflexos imediatos no interesse dos europeus em imigrarem para o Brasil. Um exemplo bem-sucedido da elaboração desse tipo de propaganda é a participação de Nicolau Joaquim Moreira<sup>10</sup> na Exposição Internacional de Viena, em 1873. O seu trabalho acabaria por ser publicado dois anos depois, como um manual para os imigrantes. Trazia informações sobre o tamanho do território, o clima, a população e a produção agrícola não apenas no âmbito nacional, mas também descrevendo detalhadamente as informações consideradas relevantes e, talvez como se possa dizer, atrativas de cada província. A natureza ocupou um lugar notável no seu manual:

<sup>9</sup> Louis Couty (1984, p. 21-38) apontava, em 1884, os problemas gerados pela postura de alguns estadistas e fazendeiros de quererem receber imigrantes sem transformá-los em cidadãos. Ademais, as primeiras experiências com o sistema de parceria gerariam muitos conflitos entre fazendeiros e imigrantes, que se queixavam de ser tratados como escravos.

<sup>10</sup> Foi diretor da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, dirigiu a sessão de botânica e agricultura do Museu Nacional e era redator da *Revista Agrícola*, do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura (IIFA), cargos que ocupou até 1887 (DANTES, 2001).

<sup>8</sup> Exemplo disso seriam as ideias de fomento das políticas imigrantistas direcionadas à Europa presentes no congresso agrícola da Corte, realizado no Rio de Janeiro, em 1878 (MACOP, 1988).



E assim deve ser porque, se na Europa o problema da produção repousa, como diz Ribeyrolles, no meio de dar a uma população numerosa de mais a terra que lhe falta; no Brasil, pelo contrário, o problema consiste em subministrar ao mais rico solo do globo a força da população que carece (MOREIRA, 1875, p. 30).

Torna-se bem claro, em ambos os casos, que a propaganda realizada pelo Estado chamava a atenção particularmente por uma profunda admiração pelas riquezas naturais que buscava ser transmitida aos europeus. A própria existência de vastas florestas significava não só uma reserva de terras, mas madeira para a exportação e atração para os imigrantes, que poderiam contar com as florestas brasileiras e argentinas para suprir as suas diversas necessidades, que iam desde moradias até a lenha, fundamental para o beneficiamento de alguns produtos agrícolas.

Surgia, assim, a relação entre vasta extensão territorial, escassez populacional e natureza dadivosa, que viria a se somar a uma importante política de incentivo à imigração. O Estado constituiu-se, a partir de então, no principal incentivador da imigração, assim como no seu maior financiador, transformando-se em um dos principais pilares da política imigrantista. O que gostaríamos de reforçar é a importância, como defende Adrián Zarrilli (2014, p. 109-119), de considerar os marcos políticos e institucionais para compreender as modificações na paisagem, os processos de degradação ambiental, os conflitos socioambientais etc. Devemos lembrar, igualmente, que a produção agrícola argentina, assim como a brasileira, se apoiou em um modelo de exportação agroexportador de bens primários que predominou de forma quase absoluta desde a primeira metade do século XIX.

A ideia da vocação agrícola, inclusive com percepções de excepcionalidade, seria constantemente frisada. Trabalhos da natureza como os de Francisco Latzina e Nicolau Joaquim Moreira se tornaram padrão. Latzina (1889, p. 16-17) enfatizava a predominância econômica da agricultura na Argentina e o impacto que poderia ter na economia mundial, uma vez que o País dispunha de um território cinco vezes maior que o da França ou da Espanha, além de contar com um clima excelente e terras de grande fertilidade. Segundo o diretor da Oficina de Estadística Nacional, em 1889, as terras cultivadas ocupadas eram de 24 mil km, mas ainda podiam ocupar uma superfície cem vezes maior.

O ufanismo em torno das riquezas naturais do Brasil e da Argentina é elemento essencial para explicar a

propaganda imigrantista feita na Europa. Como se viu, foi importante assinalar que ambos os países possuíam condições para assentar essa população imigrante. Em primeiro lugar, terras férteis, desocupadas em razão da sua escassez populacional, pois as populações indígenas não seriam consideradas como habitantes. Depois, matas com madeira de excelente qualidade, que além de fornecer combustível propiciariam madeiras para as construções etc. Ou seja, o Estado e a elite agrária acabaram tornando-se os mais enfáticos propagandistas de uma geografia “edenizada”, propagando a visão das naturezas brasileira e argentina como uma riqueza infinita a ser explorada.

## Considerações finais

Uma flora que seria constantemente descrita como a mais rica e a mais diversa do mundo, os “variados tesouros de riquezas naturais” (BRASIL, 1873, p. 10), como seria ressaltado pela Comissão Brasileira na Exposição Universal de Viena, e a ideia de que “governar es poblar” (FRERS, 1920, p. 9), defendida pelo ministro da Agricultura Emilio Frers, em 1893, moldaram o pensamento brasileiro e argentino na segunda metade do século XIX. A interdependência econômica entre natureza, agricultura e comércio externo foi observada em vários dos discursos produzidos para as exposições universais. Os manuais e a organização dos pavilhões atendiam às necessidades do complexo agroexportador. Se o sistema agrícola de abastecimento interno ligado à pequena lavoura foi em parte considerado, dificilmente se pode dizer que constituiu um dos pilares que justificaram os altos custos com as exposições universais. Por outro lado, ciência, atraso, vocação agrícola e riquezas naturais são discursos que permanecem e se fortalecem com as exposições, e que, por sua vez, trazem consigo uma substancial circulação de ideias, tecnologias e modelos que se vincularam fortemente ao projeto econômico desses países.

Dessa forma, no estudo das exposições universais o que nos interessou foi a apropriação da natureza pelos estadistas e grandes proprietários rurais. As aspirações econômicas de assumirem o posto de grandes potências agrícolas são referências explícitas e que não se diferenciam nos discursos do Brasil nem da Argentina. Essa conjuntura esteve diretamente ligada às mudanças advindas com a Revolução Industrial, principalmente à imposição de uma nova divisão internacional do trabalho. A expansão da industrialização nos países



européus aumentou a importação de produtos alimentícios. A ciência figuraria como destaque nas exposições universais, mas seria apropriada como um recurso para potencializar a produção de matérias-primas.

Sérgio Buarque de Hollanda (1995, p. 117) recupera um antigo provérbio que moralizava que em alguns contextos as “árvores não deixam ver a floresta” para explicar o “desleixo” na arquitetura e ocupação do território da América portuguesa. O realismo que ditava a ambição pela apropriação das riquezas naturais no Brasil contrastava com o disciplinamento que expressou a percepção da outra parte desse território americano como continuidade da Espanha. Ainda que os processos de ocupação fossem de fato diferentes em certos aspectos, pode-se concluir que no segundo quartel do século XIX as visões sobre a natureza e a exploração das riquezas naturais eram bastante próximas do pensamento das ex-colônias americanas.

A natureza tornou-se símbolo da identidade e do progresso esperado por ambos os países, ocupou um lugar notável nos discursos sobre a vocação agrícola e reafirmou o papel dos investimentos nas ciências agrônômicas, mas os discursos voltados para a “edenização” da natureza deixaram rastros de destruição social e ambiental atrás de si nos dois países. Enfim, a atração das exposições universais repletas de descrição da natureza e de juras de uma revolução científico-tecnológica agrônômica – repetidas quase que como um encantamento – não responderam às promessas de um reino da abundância para uma expressiva parte das populações imigrantes ou nativas, ou resguardou essa mesma natureza de um olhar menos utilitarista.

## Referências

- A LAVOURA: Boletim da Sociedade Nacional da Agricultura, Rio de Janeiro, 1899.
- ALCORTA, Santiago. **La Republica Argentina en la exposición universal de Paris de 1889**. Paris: Sociedad Anónima de Publicaciones Periódicas, 1890. (Colección de informes reunidos por el delegado del gobierno D. Santiago Alcorta).
- BRASIL. **O Império do Brazil na Exposição Universal de 1876 em Philadelphia**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1876.
- BRASIL. **O Império do Brazil na Exposição Universal de 1873 em Vienna d'Áustria**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1873.
- BRASIL. **Relatório da Comissão que representou o Império do Brazil na Exposição Universal de Vienna D'Áustria em 1873**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1874.
- CAMPI, Daniel; BRAVO, María Celia. La agroindustria azucarera argentina: resumen historiográfico y fuentes. **América Latina en la Historia Económica**, [s. l.], v. 6, n. 11, p. 73-93, enero/jul. 1999.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor Perez. O método comparativo na História. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor Perez. **Os métodos da História**. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 409-419.
- CARRASCO, Gabriel. **Del Atlántico al Pacífico y un argentino en Europa**. Buenos Aires: Casa Editora, 1890.
- COSTA, Angela Marques da; SCHWARCZ, Lília Moritz. **1890-1914: no tempo das certezas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- COUTY, Louis. **Brasil em 1884: esboços sociológicos**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1984.
- DANTAS, Regina Maria Macedo da Costa. **Casa Inca ou Pavilhão da Amazônia?** A participação do Museu Nacional na Exposição Universal Internacional de 1889 em Paris. 2012. Tese (Doutorado em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia) – Programa de Pós-graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- DANTES, Maria Amélia (org.). **Espaços da ciência no Brasil: 1800-1930**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.
- DEAN, Warren. Latifundios y política agraria en el Brasil del siglo XIX. In: FLORESCANO (org.). **Haciendas, latifundios y plantaciones en América Latina**. México: Siglo Veintiuno Editores, 1975.
- DUMAS, F. G. (dir.). **Revista de la Exposición Universal de Paris en 1889**. Barcelona: Montaner y Simon, 1889.
- FRERS, Emilio. **En la administración pública**. Buenos Aires: Imprenta Gadola, 1920.
- FURTADO, Celso. **Les Etats-Unis et le sous développement de l'Amérique Latine**. Paris: Celman-Lévy, 1970.
- GRACIANO, Osvaldo Fábian. Estado, universidad y economía agroexportadora en Argentina: el desarrollo de las facultades de agronomía y veterinaria de Buenos Aires y La Plata, 1904-1930. In: VALENCIA, Marta; MENDONÇA, Sonia Regina de (org.). **Brasil e Argentina: estado, agricultura e empresários**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2001. p. 233-266.
- HEINZ, Flávio. **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- HOBSBAWN, Eric. **Da revolução industrial inglesa ao imperialismo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. Prefácio do tradutor. In: DAVATZ, T. (org.). **Memórias de um colono no Brasil (1858)**. São Paulo: EDUSP, 1972.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LATZINA, Francisco. **La Republique Argentine considérée au point de vue de l'agriculture & de l'élevage effectué en 1887 sous les auspices de la commission argentine de l'exposition de Paris et compilés sous la Direction du Dr. Francisco Latzina**. Paris: Société Anonyme de Publications Périodiques, 1889.

LEFF, Enrique. La ecología política en América Latina: un campo en construcción. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 18, n. 1/2, p. 17-40, jan./dez. 2003. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922003000100003>

LENZ, Maria Heloisa. A Buenos Aires do final do século XIX: a metrópole da Belle Époque Argentina. **Revista Fênix**, Uberlândia, ano 9, v. 9, n. 1, p. 1-19, jan./abr. 2012.

LISCIA, María Silvia di. Drogas y maderas para la nación argentina. Los recursos naturales en las exposiciones universales. In: LISCIA, María Silvia Di; LLUCH, Andrea (org.). **Argentina en exposición-ferias y exhibiciones durante los siglos XIX y XX**. Sevilla: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2009. (Colección Universos Americanos).

LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. **História político-administrativa da agricultura no Brasil: 1808-1889**. Brasília: Ministério da Agricultura, 1980.

LÓPEZ-OCÓN CABRERA, Leoncio. La formación de un espacio público para la ciencia en la América Latina durante el siglo XIX. **Asclepio**, Madrid, v. 50, n. 2, p. 205-225, 1998. <https://doi.org/10.3989/asclepio.1998.v50.i2.343>

MACOP. **Edição fac-símile dos Anais do Congresso Agrícola, realizado no Rio de Janeiro, em 1878**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.

MACOP. **Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na segunda sessão da décima quinta legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas José Fernando da Costa Júnior**. Rio de Janeiro: Tipografia Commercial, 1873.

MACOP. **Relatório que devia ser presente à Assembleia Geral Legislativa na Terceira sessão da Décima-primeira Legislatura pelo Ministro e secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas Pedro de Alcântara Bellegarde**. Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1863.

MENDONÇA, Sonia Regina. **O ruralismo brasileiro: 1888-1931**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MENDONÇA, Sonia Regina. **Agronomia e poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

MOREIRA, Nicolau Joaquim. **Indicações agrícolas para os imigrantes que se dirigirem ao Brasil**. Rio de Janeiro: Imperial Instituto Artístico, 1875.

NOVAIS, Fernando Antônio. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial: 1777-1808**. São Paulo: Hucitec, 1979.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142010000100009>

PELLIZA, Mariano A. **Manual del inmigrante en la República Argentina**. Buenos Aires: Empronta del Courier de la Plata, 1888.

PENHOS, Marta. **Saint Louis 1904: Argentina en escena**. In: LISCIA, María Silvia Di; LLUCH, Andrea (org.). **Argentina en exposición: ferias y exhibiciones durante los siglos XIX y XX**. Sevilla: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2009. (Colección Universos Americanos). p. 59-84.

PLENCOVICH, María Cristina. **La deriva de la educación agropecuaria en el sistema educativo argentino**. 2003. Tesis (Doctorado en educación) – Universidad Nacional de Tres de Febrero, Universidad Nacional de Lanus, Buenos Aires, 2003.

PLUM, Werner. **Exposições mundiais no século XIX: espetáculos da transformação sócio-cultural**. Bonn: Friedrich-Ebert-Stiftung, 1979.

PORTO-ALEGRE, Manoel Araújo. **Saudosa oblação recitada na legislação brasileira e oferecida ao Exmo. Senhor Barão de Porto Seguro, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário de S. M. o Imperador do Brasil e vice-presidente da comissão brasileira na exposição universal de Viena**. Viena: Imperial e Real Tipografia, 1873.

PRADO, Maria Emília. **Em busca do progresso: os engenhos centrais e a modernização das unidades açucareiras no Brasil**. Rio de Janeiro: Papel Virtual, 2000.

PRADO, Maria Lígia Coelho. **América latina no século XIX: tramas, telas e textos**. São Paulo: EDUSP, 1999.

MURARI, Luciana. **Natureza e cultura no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2009.

MURILLO SANDOVAL, Juan David. De lo natural y lo nacional: representaciones de la naturaleza explotable en la Exposición Internacional de Chile de 1875. **Historia**, Santiago de Chile, n. 48, p. 245-276, 2015. <https://doi.org/10.4067/S0717-71942015000100007>

PINTO RODRÍGUEZ, Jorge. Las exposiciones universales y su impacto en América Latina (1850-1930). **Cuadernos de Historia**, Santiago de Chile, n. 26, p. 57-89, marzo 2017.

SANJAD, Nelson. Exposições internacionais: uma abordagem historiográfica a partir da América Latina. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p. 785-826, 2017. <https://doi.org/10.1590/s0104-59702017000300013>

SQUEFF, Leticia. **O Brasil nas letras de um pintor: Manuel de Araújo Porto-Alegre (1806-1879)**. Campinas: Unicamp, 2004.

STEPHAN, Beatriz González; ANDERMANN, Jens. **Galerías del progreso: museos, exposiciones y cultura visual en América Latina**. Rosário: Beatriz Viterbo, 2006.

SZMRECSÁNYI, Tamás. Esboços de história econômica da ciência e da tecnologia. In: SOARES, Luís Carlos (org.). **Da revolução científica à big (business) science**. São Paulo: Hucitec, 2001.

ZARRILLI, Adrián. Argentina, tierra de promisión. Una interpretación historiográfica de las relaciones entre la historia rural y la historia ambiental. **Hib: Revista Historia Iberoamericana**, v. 7, n. 1, p. 107-132, 2014.

Recebido em: 26/11/2018.

Aprovado em: 2/5/2019.


Publicado em: 30/9/2019.

#### Endereço para correspondência:


Roberta Barros Meira  
Universidade da Região de Joinville (Univille)  
Rua Paulo Malschitzki – Zona Industrial Norte  
89219-710, Joinville, SC, Brasil

#### Autores/Authors:


ROBERTA BARROS MEIRA [rbmeira@gmail.com](mailto:rbmeira@gmail.com)

- Doutora em História, Universidade de São Paulo (USP); Professora do departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville (Univille), Joinville, Santa Catarina, Brasil.  
 <http://orcid.org/0000-0001-7739-216X>
- PhD in History, University of São Paulo (USP); Professor in the Department of History and in the Postgraduate Program in Cultural Heritage and Society of Joinville Region University (Univille), Joinville, Santa Catarina, Brazil.
- Doctora en Historia, Universidad de São Paulo (USP); Profesora del departamento de Historia y del Programa de Postgrado en Patrimonio Cultural y Sociedad de la Universidad de la Región de Joinville (Univille), Joinville, Santa Catarina, Brasil.

DANIEL CAMPI [daniel\\_campi@yahoo.com.ar](mailto:daniel_campi@yahoo.com.ar)

- Doutor em Geografia e História pela Universidad Complutense de Madrid (UCM); Investigador Principal, Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET); Professor Titular de Historia Económica, Facultad de Ciencias Económicas, Universidad Nacional de Tucumán (UNT), San Miguel de Tucumán, Tucumán, Argentina.  
 <https://orcid.org/0000-0003-0836-184X>
- Doctor en Geografía e Historia, Universidad Complutense de Madrid (UCM); Investigador Principal, Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET); Profesor Titular de Historia Económica, Facultad de Ciencias Económicas, Universidad Nacional de Tucumán (UNT), San Miguel de Tucumán, Tucumán, Argentina.
- PhD in Geography and History, Universidad Complutense de Madrid (UCM); Main Researcher, Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET); Professor of Economic History, Faculty of Economic Sciences, National University of Tucuman (UNT), San Miguel de Tucumán, Tucumán, Argentina.

MARILUCI NEIS CARELLI [mariluci.carelli@gmail.com](mailto:mariluci.carelli@gmail.com)

- Doutora em Engenharia da Produção, Universidade do Estado de Santa Catarina (UFSC). Professora do Departamento de Administração e Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville (Univille), Joinville, Santa Catarina, Brasil.  
 <http://orcid.org/0000-0002-0107-383X>
- PhD in Production Engineering, State University of Santa Catarina (UFSC); Professor in the Department of Administration, Pedagogy and the Postgraduate Program in Cultural Heritage and Society of Joinville Region University (Univille), Joinville, Santa Catarina, Brazil.
- Doctora en Ingeniería de la Producción, Universidad del Estado de Santa Catarina (UFSC); Profesora del Departamento de Administración, Educación y del Programa de Posgrado en Patrimonio Cultural y Sociedad de la Universidad de la Región de Joinville (Univille), Joinville, Santa Catarina, Brasil; Joinville, Santa Catarina, Brasil.